

A COP30 e o colapso da razão



» FERNANDO BARROS
Jornalista e diretor executivo do Instituto Fórum do Futuro

O mês de novembro de 2023 trouxe de Dubai uma notícia que encheu de esperanças os mais diversos espectros da opinião pública nacional: o Brasil fora eleito para sediar a COP30, em Belém do Pará. Seria a nossa vez de exibir ao mundo tantas potencialidades contidas? Será mesmo? Os esforços não são pequenos, mas os desafios se agigantaram. Nas últimas COPs, predominou a disputa de narrativas, entre os que querem conservar para estagnar e os que insistem em desmatar e retroceder nos marcos civilizatórios. Haverá agora espaço e visibilidade para debater a solução de problemas reais, em bases racionais, referenciadas em ciência e no planejamento estratégico?

O Brasil dispõe de ciência, tecnologia e atores dos negócios sustentáveis capazes de liderar as urgentes e profundas transformações no sistema agroalimentar global. E, sabemos, a lógica do desmatamento não beneficia mais do que 10% do conjunto do setor.

Temos a tão revolucionária quanto desconhecida agricultura tropical regenerativa, que entrega alimentos mais saudáveis, mais nutritivos, produzidos de forma sustentável, resiliente a mudanças climáticas, sequestra carbono e reduz o uso de fertilizantes e defensivos de base química. Aplicar conhecimentos disponíveis

significa mais do que dobrar a produção dos alimentos sem derrubar uma única árvore e gerar emprego e renda dignos, em harmonia com os anseios e os valores dos jovens urbanos de São Paulo, Tóquio ou Paris.

A polarização nos impede de ouvir e enxergar, cancela oportunidades, veda a organização das cadeias produtivas e deleta a chance de demonstrar como conciliar desenvolvimento com impacto mínimo sobre a natureza. A guerra de narrativas — uma briga de foice no escuro onde é cada um por si e Deus por ninguém — encobre nossas virtudes. Mas não conseguirá impedir que a imprensa mundial desembarque em Belém, fotografando o resultado de um impasse político de décadas.

O Pará joga 91% de seus esgotos, sem tratamento, nos rios amazônicos. Cerca de 80% da pupinha consumida pelo país vem da cadeia produtiva organizada em Santa Catarina, assim como 71% da seringa tem origem na Bahia e em São Paulo. A demanda pelo açaí, submetido a uma lógica de produção medieval, cresce 15% ao ano. A oferta, 5%. Na prática, mais pressão sobre a floresta e condições de trabalho desumanas.

Na Amazônia, ignora-se a ciência, a dimensão humana e a viabilidade econômica. Para a cidadania, restam os fatos: segundo o IBGE, a Região Norte é campeã nacional em miséria e fome e lidera o ranking nacional da favelização urbana: em primeiro lugar, Belém, com 57,1% da população; em segundo, Manaus, com 55,8%; em quinto, Macapá, com 26,9%.

No seu “Nosso futuro comum”, Gro Brundtland, criadora, em 1987, do conceito do desenvolvimento sustentável, já alertava: “sem viabilidade econômica, não haverá entrega

social, ou ambiental. Com a sorte nas mãos do imponderável, como esperar que os 28 milhões de habitantes da Amazônia assumam compromissos com a natureza?”

O fundador do Fórum do Futuro cunhou uma saída plausível, que, em 25 de junho, será debatida em workshop com o Banco Mundial, em Washington: promover a inclusão social, econômica e digital das dezenas de milhões de produtores do mundo tropical hoje excluídos do conhecimento. Com apoio da Embrapa e da Universidade Federal de Lavras (UFLA), esse roteiro foi atualizado pelo presidente do Conselho Consultivo do Fórum, Roberto Rodrigues, ao propor soluções que respondem à insegurança alimentar e energética, às mudanças climáticas e à desigualdade social.

Comunicar é fundamental, mas, para ser ouvido pelos jovens — 50% do mercado, no Brasil, têm menos que 35 anos —, é preciso exibir propostas práticas, realistas e confiáveis, orientadas para o propósito de um terceiro grande ciclo de inovações no agroalimentar.

Há vários modelos de eficiência. A Holanda, 176 vezes menor que o Brasil, consegue ser o segundo maior exportador agroindustrial do planeta. Não faz nada sem ouvir Wageningen (a melhor universidade agropecuária do mundo), o Estado e os produtores rurais. É assim que colocam uma hortaliça em Nova Iorque em 24 horas, enquanto o Brasil discute se vai escoar a produção por trem ou por estradas enlameadas.

Não importa o tamanho da crise. Os exemplos da história e o compromisso com a ciência e com o diálogo democrático sempre nos mostram alternativas na pavimentação de um novo caminho para a construção de um futuro comum.

Maurenilson Freire



Banco Vermelho: “Sentar-se e refletir. Levantar-se e agir”



» IVONETE GRANJEIRO
Advogada, professora e consultora legislativa de direitos humanos da CLDF

A Lei Federal nº 14.942/2024 criou o Projeto Banco Vermelho, cujo objetivo é promover ações de conscientização em lugares públicos e premiação de projetos no âmbito do Agosto Lilás, mês destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher. A legislação prevê a instalação de, pelo menos, um banco na cor vermelha em espaços públicos de grande circulação de pessoas, do qual constarão frases que estimulem a reflexão sobre o tema e contatos de emergência, ações de conscientização e premiação para os melhores projetos relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher e à reintegração da vítima.

O Banco Vermelho (ou PanchineRosse) nasceu em Pávia, na Itália, em 2016, como parte de uma campanha para conscientizar a sociedade sobre a violência de gênero, em especial o feminicídio. A proposta era transformar um simples banco público, pintado de vermelho, em um símbolo de resistência e apoio às mulheres vítimas de violência, além de lembrar à sociedade acerca do vazio deixado pela vítima de feminicídio. Como espaço de reflexão,

o Banco Vermelho — instalado em praças, parques e outros locais de grande fluxo — contribui para a maior conscientização da sociedade civil e dos governantes para a escalada do feminicídio, bem como estimula a criação de um ambiente de apoio e solidariedade. Atualmente, há bancos instalados em diversos países, como Argentina, Austrália, Mongólia, Ucrânia, Estados Unidos, Espanha e Áustria.

No Distrito Federal, a Câmara Legislativa (CLDF) aprovou a Lei Distrital nº 7.539/2025, instituindo o Programa Banco Vermelho. A lei estabelece diretrizes para a instalação dos bancos vermelhos em locais públicos de grande circulação, que devem conter informações essenciais, como os números de emergência “Ligue 180” e “Disque 190”, mensagens que estimulem a reflexão sobre o enfrentamento ao feminicídio, e contatos de apoio para denúncias e suporte às vítimas. Além disso, os bancos terão um QR Code direcionando as pessoas à página da Procuradoria Especial da Mulher da CLDF e da Secretaria da Mulher do DF.

Infelizmente, o Distrito Federal se destaca no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2024 como uma das unidades da Federação com os índices mais alarmantes de feminicídio. Em 2022, 22 mulheres foram assassinadas por seus parceiros ou namorados. Esse número cresceu para 33 em 2024, e 2025 não começou bem, com 10 vítimas confirmadas em abril. O crescimento de 50% nos casos de feminicídio entre 2022 e 2024, seguido de um número maior de vítimas já no início de 2025, evidencia a necessidade

de avaliação/validação das políticas públicas (PPs) já existentes e a criação de ações mais efetivas para combater a violência de gênero.

A despeito de a implementação do Banco Vermelho estar ainda em suas etapas iniciais, já é possível observar progressos significativos nas políticas públicas voltadas ao apoio das mulheres, pelos menos em termos quantitativos. No Distrito Federal, há avanço na articulação entre diferentes setores e na expansão da rede de proteção às mulheres, o que demonstra comprometimento do governo local com a temática, apesar das dificuldades de integração de todas as redes de proteção às mulheres.

O que falta às redes do DF é a coordenação entre os diferentes serviços, como delegacias, abrigos, centros especializados ao atendimento da mulher, casas da mulher brasileira, centros de referência e assistência social, entre outros. O desenho institucional não permite a integração sistêmica sob a perspectiva da macrogestão, porquanto há pulverização e fragmentação da oferta de serviços, gerando vazios assistenciais e insegurança às mulheres vítimas de violência.

O Banco Vermelho é um símbolo de memória, de conscientização e de resistência. Ao convidar a população para sentar-se e refletir, ele convoca a todos para levantar e agir diante da violência que atinge diariamente milhares de mulheres no Brasil. Mas, para não cair no vazio institucional, é preciso incluí-lo nas redes já coordenadas e articuladas, para organizar serviços de diferentes densidades e gerir os distintos pontos de atenção à mulher vítima de violência.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@dabr.com.br



Leviatã precisa de dieta

Em tempos de desconfiança nas instituições e de descrença nos sistemas de representação, volta à tona uma velha e incômoda pergunta: qual o tamanho ideal do Estado? A questão, embora repetida à exaustão em debates acadêmicos e palanques eleitorais, permanece viva porque diz respeito ao cotidiano mais imediato do cidadão — aquele que trabalha, paga impostos e assiste, impotente, ao inchaço de uma máquina pública que parece crescer às suas custas.

A física nos ensina que um objeto só pode ser compreendido em relação a outros — sua massa, velocidade, força. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à relação entre o indivíduo e o Estado. Quanto maior e mais intrusivo for o aparato estatal, menor, proporcionalmente, será o espaço reservado ao cidadão comum. O crescimento desmedido do Estado tem o efeito colateral perverso de apertar o indivíduo diante de uma engrenagem insaciável, que tudo absorve, consome e transforma em burocracia.

Um Estado hipertrofiado tende a reduzir seus habitantes à condição de operários invisíveis — inicia-se a busca insana por tributos, exigências e normas que não cessam de se multiplicar. Trabalhadores que alimentam, dia após dia, um Leviatã insaciável, que promete proteção, mas entrega vigilância; que acena com igualdade, mas cultiva privilégios; que proclama o bem comum, mas serve a interesses muito particulares.

A promessa do Estado provedor, muitas vezes embalada em retórica paternalista, costuma ser o primeiro passo rumo à servidão moderna. O cidadão é transformado em súdito. Seu papel se restringe a sustentar uma elite política que se arroga o direito de decidir o que é melhor para todos, ainda que esse “melhor” se revele, na prática, um sistema excludente, ineficiente e autorreferente.

Não é preciso buscar exemplos em livros de história. Basta olhar ao redor. Há países, como China, Rússia e Coreia do Norte, que oferecem retratos contemporâneos de Estados colossais que mantêm suas populações sob controle rigoroso, enquanto investem somas bilionárias em armamentos, propaganda e repressão. Em tais regimes, faltam antibióticos, alimentos e saneamento básico. Mas sobram recursos para vigiar, punir e esmagar dissidências. É a lógica da metástase: quanto mais cresce o tumor, mais se alastra e consome os tecidos saudáveis em torno.

No Brasil, embora a democracia formal esteja preservada, o peso do Estado também se faz sentir com força. A carga tributária escorchantes, os serviços públicos ineficientes, a burocracia kafkiana e a concentração de poder nas mãos de castas tecnocráticas são sintomas de uma mesma doença: o culto ao gigantismo estatal. Um modelo que favorece os que estão no topo da pirâmide, enquanto empurra a maioria para a base, onde resta apenas sustentar, com esforço e resignação, os privilégios dos poucos.

A ilusão de que mais Estado significa mais justiça social levou nações inteiras ao colapso. A concentração de poder, por mais bem-intencionada que se apresente, inevitavelmente degenera em abuso. E quando o formigueiro se torna inquieto, quando as vozes dissonantes ameaçam romper o conformismo, não faltam defensores da ordem prontos a aplicar “formicidas” — seja na forma de repressão direta, seja por meio da asfixia econômica e do silenciamento institucional.

É preciso, portanto, recolocar o indivíduo no centro da equação política. Não se trata de demonizar o Estado ou propor sua extinção, mas de redimensioná-lo. Um Estado necessário, mas não onipresente. Protetor, mas não carcereiro. Servidor, e não senhor. A liberdade, essa palavra tão desgastada quanto vital, começa por aí: no equilíbrio entre o necessário amparo estatal e a imprescindível autonomia do cidadão.

Toda vez que o Estado se agiganta além da medida, o cidadão míngua. E quando não há espaço para a liberdade, as formigas assanhadas só têm dois caminhos: resignar-se à caverna ou começar a cavar sua saída.

A frase que foi pronunciada:

“O indivíduo é apenas receptor de regras e modo de viver da sociedade da qual faz parte”

Emile Durkheim

Desperdício

» Quem passa perto da UnB pelo prédio da antiga Telebras não compreende o desperdício. Um prédio inteiro abandonado com capacidade latente para várias opções. Centro de estudos, biblioteca pública ou mesmo abrigar outro órgão que esteja pagando aluguel.

História de Brasília

Trinta e quatro funcionários da Novacap estavam à disposição do Hospital Distrital. Pediram retorno, e estão à disposição da Novacap, que não os recebe mais. Há entretanto, a informação de que cinco já foram aceitos de volta. (Publicada em 05.05.1962)